



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**PROCESSO Nº 14.132/2017**

**PARECER Nº 992/2017 - DA**

**EMENTA:** Representação. Processo eletrônico. Cidadão. PCDF. Possível irregularidade na prática de ato administrativo pela PCDF, em desacordo com entendimento do Tribunal, ao denegar o cômputo como estritamente policial de tempo prestado junto à Assessoria Especial da Governadoria do DF, para fins de aposentadoria especial da LC nº 51/85. Conhecimento. Análise de mérito. Instrução pela improcedência da Representação e arquivamento. Parecer convergente do MPC/DF.

Versam os autos sobre o exame de Representação formulada por Cidadão sobre possível irregularidade na prática de ato administrativo pela PCDF, em desacordo com entendimento da Corte de Contas, ao denegar o cômputo como estritamente policial de tempo prestado junto à Assessoria Especial da Governadoria do Distrito Federal, para fins de aposentadoria especial de que trata a Lei Complementar nº 51/1985.

2. A Representação em voga foi apresentada ao Tribunal em decorrência de inconformismo de servidor ocupante do cargo de Agente Policial de Custódia, em face de a PCDF *“ter indeferido pedido do interessado para que o período em que esteve cedido exercendo cargo em comissão junto à Assessoria Especial da Governadoria do Distrito Federal fosse computado como tempo de serviço estritamente policial, para fins da aposentadoria especial”*, nos termos da citada Norma, pugnando por que o Tribunal declare a decisão denegatória da PCDF incompatível com as decisões da Corte e que seja reconhecido como exercício de atividade estritamente policial o período comissionado de 11.01.2007 a 31.12.2010, exercido na citada Governadoria do DF, ao argumento de que:

- *no mencionado período exerceu atividade de “acompanhamento do Governador do Distrito Federal em seus deslocamentos e eventos oficiais, exercendo atividade eminentemente policial, sujeitando-se aos riscos inerentes do cargo”;*
- *“a atividade estritamente policial a que se refere a Lei Complementar n. 51/1985 não diz respeito apenas ao exercício do cargo em si, mas deve ser entendida como o efetivo desempenho de atividades em condições de risco ou que representem prejuízo à saúde ou à integridade física, consoante interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal”;*
- *“o Tribunal de Contas do Distrito Federal exarou decisão favorável a servidores policiais em diversas outras situações semelhantes ao caso concreto, como pode-se extrair dos processos 3.572/2008, 3.794/2010, 13.036/2012 e 1117/2015”;*
- *“o Decreto nº 14.061, de 23 de julho de 1992, assegura aos policiais civis, com exercício funcional na Secretaria de Segurança Pública e no Gabinete do Governador, os benefícios de aposentadoria especial”;* e
- *“entendimento favorável, em demanda semelhante à do Denunciante, exarado pela própria Direção Geral da Polícia Civil do Distrito Federal em decisão exarada no Processo n. 1117/2015” (Processo GDF nº 052.001117/2015).*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

3. A aludida Representação foi conhecida na forma da Decisão nº 39/2017, sem lhe conferir caráter sigiloso, consoante os termos do Voto condutor, oportunidade em que o Tribunal resolveu determinar à PCDF que apresentasse os devidos esclarecimentos, cujos desdobramentos ora se examinam. Eis o teor:

*O Tribunal (...) decidiu: I - conhecer do documento que deu origem ao processo em exame como Representação; II - dar ciência desta decisão: a) ao autor da Representação aludida no item anterior; b) à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, para que, em consonância como o § 7º do art. 230 do RI/TCDF, preste, no prazo de 30 dias, os esclarecimentos devidos com relação aos fatos apontados na inicial; III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação (com os anexos) e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, para subsidiar o cumprimento do item anterior; b) o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de sua alçada;*

4. Desta feita, a Unidade Técnica destacou que, em atendimento, a PCDF encaminhou o Ofício nº 1138/2017-DGP (e-Doc 6DC0E8AC-c), dando conta que, “em sede de recurso hierárquico referente ao reconhecimento do tempo de serviço prestado ao órgão cessionário como atividade estritamente policial já proferiu decisões no sentido de que seja computado o tempo de serviço prestado na Assessoria Especial para Assuntos da Polícia Civil do Distrito Federal, do Gabinete, da Governadoria do Distrito Federal, como estritamente policial para os fins da Lei Complementar nº 51/85”, e que, porém, tal reconhecimento “não se aplica ao caso em análise pois o autor da presente representação não exerceu suas atividades na Assessoria Especial para Assuntos da Polícia Civil do DF da Governadoria”, e que, inclusive, “o servidor mencionou esse precedente em seu recurso hierárquico, argumento que foi rechaçado à época pela PCDF”.

5. Em sua análise, a Instrução asseverou, de plano, que, a rigor, há que se perquirir, quanto ao mérito da Representação, se ocorreu, ou não, alguma ilegalidade ou irregularidade no indeferimento do pedido de contagem do aludido interregno comissionado como tempo especial de policial, para aproveitamento na forma da LC nº 51/1985, realçando que, a teor da Decisão nº 6.558/2012, o Tribunal considerou como “presumidamente policiais” apenas as atividades desenvolvidas nos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública distrital, necessitando, nas demais situações, de comprovação, como é o caso, posto que a Assessoria Especial da Governadoria do DF não integra tal Sistema de Segurança Pública, havendo, portanto, que “se verificar se as atividades desempenhadas durante a cessão eram de natureza estritamente policial”.

6. Aduziu que, neste ponto, diferentemente do alegado pelo interessado, não houve impropriedade praticada pela PCDF quanto a descumprimento de deliberações do TCDF, posto que, nos precedentes mencionados, foram analisados períodos exercidos junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF, e que, em face da ausência de “legislação específica quanto ao tema”, o Tribunal tem determinado a análise, caso a caso, se o tempo de serviço utilizado para a aposentadoria especial, da LC nº 51/85, “foi efetivamente cumprido sob as condições típicas da atividade policial”, o que guarda consonância com o procedimento adotado pelo TCU, conforme Acórdão nº 2.943/2010 - Plenário, ao estabelecer a necessidade de averiguação das “condições típicas da atividade policial, a envolver perigo ou risco permanente à integridade física e psicológica do servidor”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

7. Reportando-se ao caso concreto do interessado aqui tratado, teceu as seguintes considerações a respeito:

*11. No caso em apreço, essa verificação passa por uma análise do Decreto nº 22.951/2002, que trata do Regimento Interno da Governadoria do Distrito Federal.*

*12. O art. 2º desse Decreto traz a estrutura orgânica da Governadoria do DF, onde é possível observar que naquele Órgão existem 5 assessorias: Assessoria Especial, Assessoria Especial de Relações Institucionais, Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Governadoria do Distrito Federal, Assessoria Especial para Assuntos da Polícia Civil do Distrito Federal, e Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares. As competências dessas Assessorias, todas diretamente subordinadas à Governadoria do Distrito Federal, constam, respectivamente, dos arts. 5º ao 9º.*

*13. Enquanto cedido, o servidor esteve lotado na Assessoria Especial, cujas competências estão no art. 5º do citado Decreto nº 22.951/2002, in verbis:*

*Art. 5º À Assessoria Especial, unidade orgânica de assessoramento superior diretamente subordinada à Governadoria do Distrito Federal, compete:*

*I. prestar assessoramento imediato ao Governador, nos assuntos por ele definidos;*

*II. exercer outras competências que lhe forem determinadas.*

*14. Da leitura dessas competências, não se identifica qualquer atividade da Assessoria Especial que seja de natureza estritamente policial.*

*15. Por outro lado, existe na estrutura da Governadoria do DF a Subchefia de Segurança (unidade orgânica diretamente subordinada à Casa Militar) e a Divisão de Segurança Pessoal (unidade orgânica diretivo-executiva diretamente subordinada à Subchefia de Segurança) cuja competência é, dentre outras, cuidar da segurança pessoal do Governador e de seus familiares, conforme arts. 21 e 22 do Decreto nº 22.951/2002:*

*Art. 21. À Subchefia de Segurança, unidade orgânica diretiva diretamente subordinada à Casa Militar, compete:*

*I. proporcionar segurança pessoal ao Governador e a seus familiares, bem como às instalações do Palácio do Buriti e das residências;*

*II. proporcionar segurança pessoal a autoridades, dignitários e hóspedes oficiais do Distrito Federal, quando assim for determinado pelo Chefe da Casa Militar;*

*III. elaborar diretrizes, planos e ordens estabelecidos pelo Chefe da Casa Militar, afetos a sua área de competência;*

*IV. coordenar, em articulação com os órgãos competentes, a execução das atividades necessárias à segurança do Governador, por ocasião de suas viagens;*

*V. colaborar, com os órgãos competentes, no planejamento e na execução da segurança de autoridades em visita, ou em missão oficial, ao Distrito Federal;*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*VI . manter o Chefe da Casa Militar informado sobre a situação geral da segurança pública do Distrito Federal e Entorno;*

*VII . planejar, dirigir, coordenar e controlar outras atividades relacionadas com o serviço de segurança;*

*VIII . executar outras atividades que lhe forem determinadas.*

*Art. 22. À Divisão de Segurança Pessoal, unidade orgânica diretivo-executiva diretamente subordinada à Subchefia de Segurança, compete:*

*I . planejar, organizar, dirigir, coordenar e executar as atividades relacionadas à segurança física do Governador e de seus familiares;*

*II . planejar, organizar, dirigir, coordenar e executar os serviços de segurança física de autoridades, dignitários e hóspedes oficiais do Distrito Federal, quando assim for determinado pelo Chefe da Divisão de Segurança;*

*III . efetuar o reconhecimento e vistorias em locais onde comparecerão o Governador ou seus familiares, observando aspectos que possam influenciar na atividade de segurança;*

*IV . providenciar os meios necessários a segurança do Governador e de seus familiares, quando da realização de eventos externos ou abertos ao público;*

*V . efetuar vistorias em veículos, equipamentos e outros utensílios utilizados pelo Governador e seus familiares;*

*VI . prestar primeiros socorros ao Governador e seus familiares, quando necessário;*

*VII . atuar como destacamento precursor em locais de viagens e estada do Governador e seus familiares;*

*VIII . executar outras atividades que lhe forem determinadas.*

*16. Portanto, ainda que se admitisse, por hipótese, que a atividade de segurança pessoal do Governador tem natureza estritamente policial, análise que não se faz no momento uma vez que irrelevante para o presente caso, esta atividade é de competência da Subchefia de Segurança / Divisão de Segurança Pessoal e não da Assessoria Especial, onde o interessado desempenhou suas funções enquanto cedido à Governadoria do DF. Portanto, carece de amparo jurídico o argumento do servidor de que teria exercido a segurança do Governador no período em que esteve cedido à Assessoria Especial da Governadoria do DF.*

*17. Da documentação apresentada, resta comprovado que a PCDF atendeu às determinações deste Tribunal no sentido de efetuar um detalhado cotejamento das atividades exercidas no período de cessão, para concluir se o mesmo pode ou não ser computado como tempo especial para os fins de Lei Complementar nº 51/85.*

8. A Instrução assinalou que a alegação de que o Decreto nº 14.061/92 assegura aos policiais civis, com exercício funcional na SSP/DF no Gabinete do Governador, os benefícios de aposentadoria especial, já foi objeto de apreciação no Processo nº 2754/93, no qual o nobre Relator, Conselheiro José Roberto de Paiva Martins, pronunciou-se no sentido de que: “(...) Pelo visto, não basta ao servidor da Carreira Policial estar lotado nos órgãos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**referidos no Decreto nº 14.061/92 (Secretaria de Segurança Pública ou Gabinete do Governador) para que usufrua das vantagens do LC nº 51/85. É preciso que ele esteja no exercício funcional das atribuições legais de seu cargo efetivo de natureza policial (...)**”.

9. Observou que o referido Voto fundamentou a Decisão nº 4.182/1993, para “orientar os integrantes da Carreira Policial sobre as consequências do desvio de função em relação à contagem do tempo de serviço estritamente policial para fins da LC nº 51/85”, realçando que, portanto, desde 1993, a PCDF tem conhecimento do posicionamento da Corte.

10. Informou que, nos autos do Processo nº 1.657/2011, ao tratar de Denúncia similar, a teor da Decisão nº 31/2012, o Tribunal resolveu: “... II. reiterando as deliberações proferidas nos Processos nºs 2.441/89 e 2.754/93, alertar a jurisdicionada de que: a) o exercício, por integrantes das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, de atividades estranhas aos cargos que as compõem (que não exijam habilidades e conhecimentos técnicos inerentes à função policial) não pode ser computado como atividade estritamente policial para os efeitos da Lei Complementar nº 51/85; b) quanto ao Decreto nº 14.061/92, não basta o interessado estar lotado nos órgãos referidos nesse diploma legal para ser beneficiado pela Lei Complementar nº 51/85, sendo imperioso, para tanto, o exercício funcional das atribuições legais do cargo de natureza estritamente policial, devidamente comprovado, entendimento que também se aplica aos Decretos nºs 25.114/04 e 27.767/07, bem como a normas correlatas;...”.

11. Registrou que, como norma correlata, a Lei distrital nº 3.556/04, em seu artigo 3º, também previu o aproveitamento do tempo “cedido à Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União e do Distrito Federal até a data da publicação desta Lei”, como de “efetivo exercício da atividade policial”, cujo dispositivo foi julgado inconstitucional pelo STF (ADI 3817), em razão da competência legislativa da União, cujo resultado foi conhecido por meio da Decisão nº 7.996/09, proferida no Processo nº 3.572/08.

12. Ponderou que, nas oportunidades em que o Tribunal, em sede de Consulta, entendeu que “atividades exercidas em determinados órgãos seriam presumidamente policiais”, houve questionamentos da própria PCDF, “que possuía dúvidas quanto à aplicação da norma”, e que, no caso vertente, ao contrário, “não existe qualquer dúvida da jurisdicionada”, enfatizando que o trecho a seguir “demonstra que a jurisdicionada, obedecendo a Decisões deste e. Tribunal, debruçou-se na análise da situação ora posta, in verbis:

*Desse modo, o fato do servidor policial ter sido cedido ao Gabinete do Governador não garante, por si só, o benefício concedido pela Lei Complementar nº 51/85. Há de se verificar se as atividades desenvolvidas no cargo têm natureza estritamente policial.*

*Conforme se depreende do teor da manifestação do Serviço de Legislação de Pessoal, de fls. 38/45, as atividades descritas nos artigos do Regimento Interno da Governadoria do Distrito Federal, relacionam-se a assessoramento do Governador, portanto, não expõem o servidor [a efetiva situação de risco ou periculosidade.*

13. Extraíu que, no exercício de sua competência, a PCDF vem observando, como parâmetro para computar como tempo especial, no período prestado fora da Jurisdicionada, o preenchimento de dois requisitos: “a) a função exercida deve ser de natureza estritamente





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*policial e; b) haver exposição efetiva a situação de risco ou periculosidade”, e que, “não atendido algum desses requisitos, como ocorreu no caso em apreço, na opinião da jurisdicionada, o tempo não pode ser computado como estritamente policial”.*

14. Anotou que “o posicionamento conservador adotado pela jurisdicionada está em conformidade com os princípios constitucionais a que se submete a Administração Pública, entre os quais o da Legalidade”, e com o entendimento do colendo STF, externado no julgamento do Mandado de Injunção nº 844/DF (que tratou de Pedido de Oficiais de Justiça e servidores do Judiciário e do MPU, incluindo o Ministério Público Militar, para que a eles fosse aplicada, por analogia, a LC nº 51/85), ao concluir que, “... **2. A eventual exposição a situações de risco – a que podem estar sujeitos os servidores ora substituídos e, de resto, diversas outras categorias – não garante direito subjetivo constitucional à aposentadoria especial.** 3. A percepção de gratificações ou adicionais de periculosidade, assim como o porte de arma de fogo, não são, por si sós, suficientes para reconhecer o direito à aposentadoria especial, em razão da autonomia entre o vínculo funcional e o previdenciário. (...)”.

15. Apontou que o Voto proferido nos Embargos do citado MI, pelo Ministro Relator Roberto Barroso, foi mais esclarecedor, ao pontuar que:

*6. Em segundo lugar, o acórdão embargado deixa claro que são inerentemente perigosas as atividades que “por sua própria natureza, ocasionam riscos aos servidores que as desempenham, independentemente das circunstâncias eventuais em que sejam exercidas”. O perigo, portanto, deve ser indissociável da atividade. Este não é o caso dos oficiais de justiça e dos servidores do Judiciário e do Ministério Público que exercem atribuições relacionadas à segurança.*

*7. Conforme assinalai no voto condutor do julgado, esses servidores – assim como vários outros – podem estar sujeitos a situações de risco. No entanto, este risco é contingente, e não inerente ao serviço. Não se trata, aqui, de se considerar a concretização do risco, como alega o embargante, mas a própria natureza da atividade. Há uma diferença substancial, quanto à qualificação da atividade como de risco, quando se compara, e.g., a função policial de “prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes” (CRFB/1988, art. 144, § 1º, II) com a função do oficial de justiça de “efetuar avaliações” (CPC, art. 143, V). Isso não significa que não possam existir avaliações realizadas em situações de risco, mas apenas que esse risco não caracteriza a natureza da atividade avaliativa.*

16. Acrescentou que o entendimento adotado pela PCDF no sentido de que não se pode estender o conceito de “atividade estritamente policial” ainda que por atividade cujo exercício seja assemelhado, e não efetivamente coincidente, é também compartilhado pelo o e. TJDFT (citando os Acórdãos nº 943.479, de 2016, e nº 698.720, de 2013, consubstanciados em outros precedentes: tratando de tempos prestados “ÀS FORÇAS ARMADAS”), posto que concluíram na mesma diretriz, que: “...**4. Face aos limites interpretativos inscritos no texto do art. 1º, I, da Lei Complementar nº 51/1985, não se pode estender o conceito de “atividade estritamente policial” por atividade cujo exercício seja assemelhado, e não efetivamente coincidente, como é o caso do serviço militar obrigatório.** (...)”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

17. Depreendeu que, portanto, não há ilegalidade ou irregularidade cometida no caso em análise, e que, a rigor, a Representação trata de interesse subjetivo do subscritor, irresignado com ato praticado a seu desfavor, denotando que se reveste de natureza recursal, *“cujo mérito, decerto, deveria ser apreciado e superado perante a própria jurisdição, sem prejuízo de eventual postulação em juízo (art. 5º, XXXV, CF/88)”*.

18. Transcreveu excerto do Parecer nº 282/2017-MF, emitido no Processo nº 32.128/2016, cuja conclusão abordou que, no caso ali versado, a despeito de *“transparecer o cometimento de ilegalidade por órgão sujeito à jurisdição do TCDF e em matéria de sua competência...”*, no entanto, encerravam *“... questões de interesse subjetivo dos subscritores, irresignados com ato praticado em desfavor deles pela Administração do DER-DF (processo administrativo de ressarcimento ao erário por irregularidade em progressão funcional)...”*, observando a *“natureza recursal”* das pretensões”, de análise *“perante aquela autarquia”*, além de citar, naquele Parecer, Representações semelhantes, então conhecida pela Corte: *“... (Processos nº 10370/2016 e 12610/2017), em que, igualmente, servidores questionam possível irregularidade de atos administrativos praticados pela PCDF no cômputo de tempo estritamente policial”*.

19. Concluiu, por fim, no caso ora tratado, pela inexistência de ilegalidade ou irregularidade de ato praticado pela PCDF, e pela improcedência da presente Representação, noticiando que, *“quanto ao precedente mencionado pelo interessado, tratado no Processo GDF nº 052.001117/2015”*, de outro servidor, *“no qual a PCDF considerou como estritamente policial período exercido junto à Assessoria Especial para Assuntos da Polícia Civil do Distrito Federal da Governadoria do DF”*, por não ser objeto da presente Representação, o procedimento ali adotado, *“será objeto de análise quando da apreciação da aposentadoria”*, já incluída no SIRAC, concedida ao interessado naquele feito.

20. Nesse sentido, a par das ponderações e conclusões anteriores, finalizando, sugeriu ao e. Tribunal:

- I. *ter por cumprida a Decisão nº 39/2017;*
- II. *considerar improcedente a presente representação, uma vez que o procedimento adotado pela PCDF de verificar, de forma individualizada, se o tempo de serviço utilizado para a aposentadoria especial, de que trata a Lei Complementar nº 51/85, foi efetivamente cumprido sob as condições típicas da atividade policial, guarda consonância com as orientações deste e. Tribunal e, no caso, encontra respaldo, inclusive, em entendimento do Supremo Tribunal Federal (Mandado de Injunção nº 844/DF);*
- III. *dar ciência da decisão que vier a ser proferida neste feito ao autor da representação em análise; e*
- IV. *autorizar o arquivamento do presente feito.*

21. Expostas as considerações externadas pela SEFIPE, cabe ressaltar, de antemão, que, de fato, o cerne da questão versada na presente Representação (cuja análise de conhecimento e admissibilidade já restou superada no âmbito do Tribunal), consiste em se verificar se houve, ou não, prática de ato irregular no âmbito da PCDF, em desacordo com o entendimento da Corte, quanto ao não-reconhecimento de tempo de atividade estritamente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

policial, afeto ao desempenho de atividades em outro Órgão, na condição de “cedido” (no caso, na Assessoria Especial da Governadoria do DF).

22. É certo, também, que, como bem apontou a Instrução, na esteira do entendimento dado na Decisão nº 6.558/2012, adotada no Processo de Consulta nº 13.036/2012 (citado na Exordial como paradigma), restou assente que as atividades prestadas ao Sistema de Segurança distrital seriam consideradas, “presumidamente”, “de “natureza policial” e que, nos demais casos, caberia “comprovação”, caso a caso, o que contou com a aquiescência do MPC/DF, nos termos do Parecer nº 1.059/2012-CF, lançado naquele feito, ao finalizar que, para efeito de aposentadoria especial: “... *Necessário que o exercício funcional justifique a concessão do benefício, devendo o mesmo ser comprovado individualmente, no caso da atividade levantar dúvidas a respeito*”, com a qual concorda este representante Ministerial, e vai ao encontro do posicionamento do egrégio TCU, citado pela Instrução.

23. Aliás, pelo que se infere, o inconformismo do interessado, no caso vertente, repousa no fato de que, ao negar o seu pleito, a PCDF teria atuado em desacordo com as orientações da Corte acerca do tema, especificamente, “no exame do caso concreto”.

24. Conforme se verifica na Inicial, alega que, após 30 (trinta) anos de contribuição, após mais de 29 (vinte e nove) anos na carreira policial, solicitou aposentadoria especial nos termos da LC nº 51/85, e que a PCDF, “*ao argumento de ausência de risco ou periculosidade,*” não considerou o período questionado, “*exercido, mediante de requisição, no Gabinete e Assessoria do Governador, acautelado por arma de fogo da Polícia Civil, com descrição da atividade como acompanhamento e segurança da comitiva do governador e demais dignitários, como tempo em exercício atividade estritamente policial (Doc. 2)*”, e que o TCDF “*vem decidindo, em demandas idênticas (Doc. 3), a favor dos policiais que exerceram atividade de risco cedidos a outros órgãos.*”. (destaques não constam).

25. Ademais, relembra que, consoante interpretação do Colendo STF, a atividade estritamente policial, da LC nº 51/85, “... *não diz respeito apenas ao exercício do cargo em si, mas deve ser entendida como o efetivo desempenho de atividades em condições de risco ou que representem prejuízo à saúde ou à integridade física*”, alegando que, efetivamente, as desempenhou, “*em seus deslocamentos e eventos oficiais, exercendo atividade eminentemente policial, sujeitando-se aos riscos inerentes do cargo*”, “*como declara o então Governador do Distrito Federal, sua chefia imediata (Doc. 4)*”, acrescentando, ainda, que, além do uso de arma de fogo fornecida pela PCDF “... *compôs a equipe de segurança pessoal do Governador do Distrito Federal, acompanhando-o em deslocamentos e eventos oficiais, requisitado em razão de seu notório conhecimento e habilidades técnicas inerentes à atividade policial...*”.

26. Portanto, pelo que se extrai, as alegações expostas na inicial, ao expor os entendimentos do TCDF realçados nos Processos nº 13.036/2012 e nº 2.754/1993, e em julgados do STF, reproduziu excertos afetos à mesma linha consignada na Instrução. Ou seja, pautou-se em destaques acerca da necessidade de verificação, caso a caso, do “exercício de atividades” “de risco ou prejuízo à saúde ou integridade física”, para tal caracterização.

27. Sob esse não é despidiando realçar que, a despeito de não constar dos autos as cópias dos anexos (‘Doc.1’, ‘Doc.2’, ‘Doc.3’ e ‘Doc.4’), referenciados na Denúncia, bem como as razões de negativa da PCDF, observa-se que tais informações constam do Processo nº 12.903/2017-e, arquivado na SEFIPE com as peças originais da referida Denúncia, posto





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

que se poderia conferir caráter sigiloso aos autos (o que não foi o caso), observado o disposto no artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 207/2010.

28. Em consulta às peças daqueles autos, verifica-se que houve Despacho da Direção da PGDF, denegando o Recurso Hierárquico do interessado, nos seguintes termos:

(...)

*Desse modo, o fato do servidor policial ter sido cedido ao Gabinete do Governador não garante, por si só, o benefício concedido pela Lei Complementar nº 51/85.*

*Há de se verificar se as atividades desenvolvidas no cargo têm natureza estritamente policial.*

*Conforme se depreende do teor da manifestação do Serviço de Legislação de Pessoal, de fis. 38/45, as atividades descritas nos artigos do Regimento Interno da Governadoria do Distrito Federal, relacionam-se a assessoramento do Governador, portanto, não expõem o servidor à efetiva situação de risco ou periculosidade.*

*Por fim, no tocante ao tratamento equânime ao servidor CLEO ROCHA MIRANDA (Processo nº 052-001117/2015), mencionado em sua peça recursal, o Departamento de Gestão de Pessoas esclarece às fis. 58 que este ocupou cargo distinto do recorrente.*

*Em sendo assim, acolho a manifestação, de fis. 38/45, adotando-a como razões de decidir, por seus próprios fundamentos, razão pela qual CONHEÇO do presente Recurso Hierárquico e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo na íntegra a decisão de fis. (...)*

29. Da análise anterior do Serviço de Legislação de Pessoal da PCDF, constata-se o seguinte:

(...)

*Para instrução do presente requerimento o servidor juntou a Declaração Nº 063/COORDGESP/SUAG/CACI, de 10 de março de 2016 (fl.05); Cópia da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal nº 9, de 11 de janeiro de 2007 (fl.06); Cópia do Decreto nº 14.061/1992, publicado no DODF de 24 de julho de 1992 (fl.07); Declaração de fl.08; Cópia do DODF nº 204, de 21 de outubro de 2009 (fls.09/10); Declaração de fl.11 e Cópia do DODF nº 45, de 06 de março de 2007 (fl.12).*

(...)

*Portanto, as atividades descritas nos supracitados artigos do Regimento Interno da Governadoria do Distrito Federal, relacionam-se a assessoramento do Governador, portanto, não expõem o servidor a efetiva situação de risco ou periculosidade.*

*Diante do exposto, salvo maior juízo, sugere-se o **indeferimento do pedido de cômputo como atividade estritamente policial** do período que o servidor esteve disposição da Secretaria de Estado do Governo do Distrito Federal, para exercer o Cargo de Natureza Especial, símbolo CNE-07, de Assessor Especial da Governadoria do Distrito Federal.*

(...)

30. Observa-se, ainda, no referido feito, que a Assessoria para a qual foi designado na Governadoria do DF não tinha a função precípua de Segurança pessoal do Governador e/ou de sua comitiva.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

31. O artigo 5º do Decreto nº 22.951/2002, trazido à baila, dispôs de forma genérica acerca das atribuições da referida Assessoria Especial, como “*unidade orgânica de assessoramento superior diretamente subordinada à Governadoria do Distrito Federal*”, a quem competia: “*I. prestar assessoramento imediato ao Governador, nos assuntos por ele definidos; II. exercer outras competências que lhe forem determinadas*”. Por outro lado, como bem apontou a Instrução, “*não se identifica qualquer atividade da Assessoria Especial que seja de natureza estritamente policial*”, mormente em se considerando que “*existe na estrutura da Governadoria do DF a Subchefia de Segurança (unidade orgânica diretamente subordinada à Casa Militar) e a Divisão de Segurança Pessoal (unidade orgânica diretivo-executiva diretamente subordinada à Subchefia de Segurança) cuja competência é, dentre outras, cuidar da segurança pessoal do Governador e de seus familiares, conforme arts. 21 e 22 do Decreto nº 22.951/2002*”.

32. Nessa toada vislumbra-se que a “Declaração” pessoal do ex-Governador do DF, com firma reconhecida em Cartório, dando conta que o interessado “... *acompanhava a Comitativa do Governador do Distrito Federal em seus Deslocamentos e Eventos Oficiais, exercendo atividade eminentemente policial, sujeitando-se assim aos riscos incomuns do cargo*”, bem como a “Declaração” pessoal do Ex-Chefe de Gabinete, no mesmo sentido (inseridas naquele feito), no entender Ministerial, não tem o condão de infirmar as conclusões da PCDF, porquanto não subtraem o possível caráter de transitoriedade de tais acompanhamentos. O interregno correspondente deve ser computado como tempo comum, e, tampouco, confere ao interessado o direito à aposentação especial, e antecipada, inerentes àqueles que exercem o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de “atividade estritamente policial”. Acrescente-se, ainda, que a indicação da requisição do interessado e da lotação naquela Assessoria Especial, não condiz com tal mister, posto que afeto a outra unidade.

33. Vale anotar, por oportuno, que, recentemente, o MPC/DF ofertou ao Tribunal a Representação nº 10/2017-DA, ora tratada nos autos do Processo nº 32.459/2017, conhecida nos termos da Decisão nº 5.028/2017, posto que, no caso ali versado, vislumbrou-se possível desatendimento das orientações da Corte de Contas, notadamente pelo fato de que se tratada de cargo de “Escrivão de Polícia”, cujas atribuições exercidas no órgão em que foi “cedido” estariam voltadas à “instrução criminal”, com atuação específica em “*Procuradoria Criminal Especializada*”, cujo Órgão mantém a incumbência prevista em lei de: “*instaurar inquérito ... requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar...*”, portanto, voltadas a atividades de “natureza policial”, o que ratifica a necessidade de verificação, caso a caso, das peculiaridades existentes, sob pena de quebra do princípio da isonomia, e/ou o favorecimento de “uns”, em detrimento de “outros”.

34. Pelo exposto, depreendendo que, no caso, não restou comprovado o exercício preponderante de atividades de natureza estritamente policial no período em que o servidor esteve cedido, e, por conseguinte, não vislumbrando mácula nos procedimentos adotados pela PCDF, opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela SEFIPE.

É o parecer.

Brasília, 22 de novembro de 2017.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
**Procurador**